**Remessas de emigrantes: os casos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe**

Este artigo não estuda o impacto dos fluxos de desenvolvimento (remessas de emigrantes, IDE e transferências oficiais) no produto interno bruto de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe porque os dados observados apresentam flutuações muito acentuadas e distorceriam o significado econométrico da análise, e também, por não ser este o objetivo do presente artigo.

Assim, o que aqui vou procurar fazer é uma análise comparada do comportamento dos fluxos de desenvolvimento entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, tomando para o efeito, o período temporal de 1991 a 2013.

No período considerado, as remessas foram muito significativas tanto em termos absolutos como relativos em Cabo Verde e marginal em S. Tomé e Príncipe (cf. gráficos 1, 2, 6, 7 e 11 em anexo). Foram também mais importantes do que o IDE e as transferências oficiais, não somente em relação aos montantes assumidos mas sobretudo por serem mais previsíveis e mais estáveis. Elas tiveram uma evolução tendencialmente crescente entre 1991 e 2013 com máximos e mínimos menos pronunciados do que os outros fluxos de desenvolvimento, sendo o IDE o mais instável tanto em Cabo Verde como em S. Tomé e Príncipe.

Em Cabo Verde, as remessas atingiram 48,9 milhões de dólares em 1991, as transferências oficiais 35,3 milhões e IDE somente 1,7 milhões. Apenas entre 2006 e 2008, excluindo o ano de 1992, o IDE superou as remessas de emigrantes para Cabo Verde, um período em que a crise económica nos países de acolhimento dos emigrantes cabo-verdianos (Europa e EUA) atingia o ponto mais crítico.

Em 2013, as remessas chegaram a 165,7 milhões de dólares, as transferências oficiais 57,7 milhões e o IDE somente 36,3 milhões, o que mostra bem a grande importância das remessas para Cabo Verde.

Ao contrário de Cabo Verde, são as transferências oficiais e o IDE que, em momentos diferentes, tiveram um papel decisivo em S. Tomé e Príncipe (cf. os gráficos 6, 7, 8 e 9). As transferências oficiais foram vitais entre 1991 e 2005, quando o IDE e as remessas eram residuais. Elas evoluíram entre 11,6 milhões de dólares em 1991 para 33,5 milhões em 2005, tornando-se insignificante a partir de 2006, ano a partir do qual o IDE passou a ser vital até 2013, em que atingiu 29,5 milhões de dólares. Somente a partir de 2010 as remessas deram sinal de algum crescimento tendo passado de 6,4 milhões de dólares para 23,1 milhões em 2013, quase o dobro das transferências oficiais, mas aquém do IDE (cf. o gráfico 6).

Apesar da sua importância na economia de S. Tomé e Príncipe, as transferências oficiais e o IDE são muito instáveis e imprevisíveis, com flutuações bastante abruptas, o que contribui para que este país viva situações de «pânico» financeiro e de incertezas permanentes.

Em termos relativos, as remessas em 1991 representaram 15,2% do PIB em Cabo Verde e apenas 1,1% em S. Tomé e Príncipe (cf. os gráficos 2 e 7). Flutuaram em torno de 15% até 1995 mas começaram a manifestar sinais de desaceleração a partir do ano seguinte até atingir o nível mais baixo de sempre em 2010 (7,5%). Somente em 2013 as remessas chegaram a 7,5% do PIB em S. Tomé e Príncipe, influenciado por um valor anormal observado nesse ano, e 8,9% em Cabo Verde (cf. os gráficos 2 e 7).

Uma leitura conjunta dos gráficos 2, 3 e 4 permite concluir pela grande importância e relativa estabilidade das remessas em percentagem do PIB em Cabo Verde face a uma forte instabilidade do IDE e uma tendência sempre decrescente das transferências oficiais.

Em S. Tomé e Príncipe, as remessas representaram sempre uma percentagem reduzida do PIB mas com uma ligeira tendência a aumentar a partir de 2010 (cf. o gráfico 7). São as transferências oficiais e o IDE que, apesar da sua enorme instabilidade, tiveram uma participação importante no produto interno bruto (cf. os gráficos 8 e 9) tendo cada um dos fluxos atingido a percentagem mais elevada do PIB, respetivamente, em 1997 (71,3%) e em 2008 (31,2%).

Os gráficos 5 e 10 representam uma relação entre o PIB e as remessas de emigrantes em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe entre 1991 e 2013 e mostram que elas parecem influenciar de forma significativa e positiva o crescimento do PIB em Cabo Verde enquanto em S. Tomé e Príncipe a sua influência é praticamente nula ou residual.

O gráfico 11 compara a tendência das remessas em percentagem do PIB entre Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e mostra que elas foram muito importantes no primeiro e irrisórias no segundo. Esta relação tornou-se visivelmente decrescente em Cabo Verde entre 2002 (13,6%) e 2009 (7,5%) e fixou-se em 8,9% do PIB em 2013. Esta desaceleração coincide com uma significativa diminuição das remessas provenientes dos EUA que representam 60% dos emigrantes cabo-verdianos. Aquela tendência manteve-se estacionária e residual em S. Tomé e Príncipe entre 1995 (1,3%) e 2009 (1%) mas subiu exponencialmente em 2013 (7,5%), com tendência a aproximar-se do valor relativo de Cabo Verde. Apesar deste aumento repentino em 2013, que suscita reservas quanto à qualidade da informação estatística, as remessas dos migrantes são-tomenses diferem das dos cabo-verdianos na medida em que tendem a beneficiar os próprios e não tanto as famílias no país de origem.

Esta análise permite-nos concluir o seguinte:

- As remessas são vitais para Cabo Verde e insignificantes em S. Tomé e Príncipe;

- As transferências oficiais e o IDE são importantes para S. Tomé e Príncipe;

- As constantes flutuações muito pronunciadas das transferências oficiais e do IDE para S. Tomé e Príncipe pode significar uma grande incapacidade das autoridades são-tomenses em convencer os doadores internacionais ou investidores estrangeiros a afetar mais recursos financeiros, com regularidade, em S. Tomé e Príncipe. Esta incapacidade pode estar relacionada com a instabilidade política permanente entre 1991 e 2014, associada a uma prática generalizada de corrupção.

No que respeita ao IDE, a prática de corrupção institucionalizada tende a desencorajar investidores estrangeiros privados quando afeta os seus negócios. Por outro lado, os sucessivos adiamentos na passagem à fase de exploração económica da atividade petrolífera, anunciada há mais de uma década, geram incertezas nos investidores estrangeiros e explicam em boa medida as flutuações, uma vez que uma parte significativa do IDE está relacionada com atividades da Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria e da Zona Económica Exclusiva, pelas quais S. Tomé e Príncipe tem recebido bónus pela concessão da exploração.

Gráfico 1

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 2

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 3

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 4

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 5

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

Gráfico 6

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal.

Gráfico 7

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 8

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 9

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 10

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados estatísticos do Banco de Portugal e INE S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 11

Fonte: Elaborado pelo autor. Banco de Portugal, Banco de Cabo Verde e INE S. Tomé e Príncipe.

Armindo do Espírito Santo (Economista não acidental) – Investigador do CESA-ISEG/UL

Para quem se interessar, ver estudo integral em:

<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/3181-emigracao-e-os-pequenos-estados-insulares-em-vias-de-desenvolvimento.html>